



Congresso se reúne amanhã para analisar vetos e créditos

Parlamentares devem votar nove itens vetados pelo presidente da República, Michel Temer, entre eles o projeto que previa o retorno ao Simples Nacional de empresas excluídas por inadimplência

O Congresso Nacional se reúne amanhã para analisar nove vetos presidenciais e cinco projetos que abrem crédito no Orçamento deste ano para diversos órgãos do governo.

Um dos itens a serem votados é o veto total ao projeto que autorizava o retorno ao Simples Nacional de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos por inadimplência. Pelo texto vetado, os optantes do regime especial poderiam retornar ao programa se aderissem

a um plano específico de regularização tributária. Estimativas apontam que 600 mil contribuintes receberam aviso de exclusão por débitos com o Simples Nacional.

Também pode ser analisado o veto que excluiu trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias sob a justificativa de que verbas incluídas na LDO não estariam de acordo com a Emenda do Teto de Gastos.

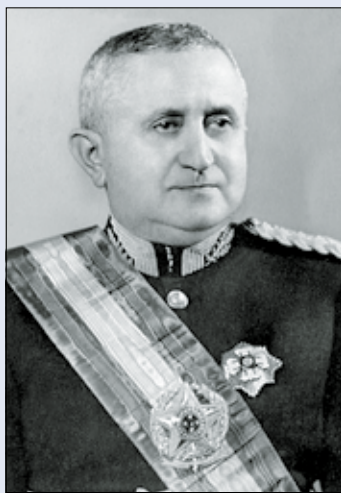
Depois de analisar os vetos, senadores e deputados poderão votar projetos que abrem créditos adicionais ao Orçamento deste ano. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 17/10/2018

A sessão, no Plenário da Câmara, deve analisar vetos do presidente da República e créditos adicionais ao Orçamento

ARQUIVO **S**



Fotos: Reprodução e Arquivo Pessoal Família Bolsonaro

Hermes da Fonseca, Eurico Dutra e Jair Bolsonaro: militares escolhidos para a Presidência pelo voto popular

Bolsonaro é 3º presidente militar eleito nas urnas

Antes de Jair Bolsonaro, o Brasil teve dois presidentes de origem militar eleitos pelo voto popular: o marechal Hermes da Fonseca e o general Dutra. Segundo documentos do Arquivo do Senado, Hermes

enfrentou críticas na campanha eleitoral por ser militar e Dutra foi considerado um dos mandatários mais democráticos até então. Outros sete militares se tornaram presidentes do Brasil, mas não de forma democrática. **4**

Publicada lei sobre prazo para juizados especiais

A lei que estabelece a contagem de dias úteis nos processos dos juizados especiais cíveis foi publicada na quinta-feira. A contagem vale também para interposição de recursos. **2**

Data-limite para emendas ao Orçamento é prorrogada

O prazo para apresentação de emendas ao projeto da lei orçamentária na Comissão Mista de Orçamento foi prorrogado até quinta-feira. O prazo anterior era 1º de novembro. **3**

Contratação de jovem aprendiz é tema de debate hoje

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos discute hoje contratação de jovens aprendizes. Entre os participantes, estão representantes da área trabalhista e de empresas. **2**

Irrigação agrícola pode ter desconto de energia ampliado

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária pode votar amanhã projeto que amplia o horário em que pode haver desconto nas tarifas de energia

elétrica para o aquicultor e o agricultor que usa irrigação no cultivo.

A pauta da comissão tem outros sete itens. **3**

Conselho debate projetos que beneficiam rádio comunitária

O Conselho de Comunicação Social debate hoje três projetos que visam fortalecer o sistema de rádios comunitárias no país. Um deles aumenta o limite da potência de transmissão e a quantidade de canais de ra-

diodifusão comunitária. O segundo dispensa cobrança de direitos autorais e o terceiro permite às rádios comunitárias a venda de publicidade e a veiculação de propaganda comercial e de interesse público. **2**



Alexandre Coimbra/ASEFC

Um dos projetos dispensa rádios comunitárias de pagar direito autoral

Conselho de Comunicação debate rádios comunitárias

Colegiado se reúne hoje para discutir projetos para o setor. Um deles aumenta o alcance das emissoras e outro as isenta do pagamento de direitos autorais. E um terceiro permite que vendam publicidade

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) reúne-se hoje, a partir das 14h, para avaliar três projetos que visam fortalecer o sistema de rádios comunitárias no país.

Dois deles são de Hélio José (Pros-DF): o PLS 513/2017, já aprovado pelo Senado e em análise na Câmara, aumenta o limite da potência de transmissão e a quantidade de canais de radiodifusão comunitária; e o PLS 410/2017, que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dispensa o setor da cobrança de direitos autorais relacionados à veiculação de músicas e obras lítero-musicais.

A outra proposta em análise

é o PLS 55/2016, que permite às rádios comunitárias a venda de publicidade e a veiculação de propaganda comercial e de interesse público. Os anúncios deverão ser restritos a estabelecimentos situados na área da comunidade atendida, devendo a receita obtida ser integralmente reinvestida na própria rádio. No caso da publicidade de interesse público, as rádios poderão firmar contratos com qualquer ente federado.

O presidente do CCS, Murillo de Aragão, também deverá designar um relator para o PLS 99/2017, que libera a veiculação de publicidade comercial nas TVs e rádios estatais ou públicas.

O projeto é do ex-senador Thieres Pinto, que argumenta que a liberação da publicidade de produtos e de campanhas institucionais pagas poderá ajudar a viabilizar economicamente esses veículos de comunicação.

Thieres argumenta que a manutenção desses veículos é extremamente dependente de verbas quase sempre insuficientes.

“Os serviços de radiodifusão tornam-se fontes de despesas aos governos e têm seus orçamentos substancialmente reduzidos, principalmente em momentos de crise fiscal como o que vivemos hoje”, diz na justificativa da proposta.



Na reunião, o conselho deve analisar três projetos sobre rádios comunitárias e um sobre emissoras oficiais

Juizados especiais contarão prazos em dias úteis

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de quinta-feira a lei que estabelece a contagem de dias úteis nos processos dos juizados especiais cíveis, até mesmo para interposição de recursos.

A Lei 13.728 tem origem no PLS 36/2018, do ex-senador Elber Batalha, que tem por objetivo uniformizar o sistema processual cível quanto à contagem de prazos. Isso porque a Lei dos Juizados Especiais não

previu expressamente nessa esfera da Justiça a aplicação do Código de Processo Civil como fez, “com acerto”, a Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153, de 2009).

Quando o projeto foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a relatora, Simone Tebet (MDB-MS), defendeu a aprovação, por considerar que o texto aprimora o sistema.

“Consideramos louvável a medida inovadora abraçada pelo projeto em análise, na medida em que se propõe a resolver qualquer tipo de controvérsia que possa haver quanto à aplicação da regra segundo a qual a contagem dos prazos processuais no âmbito dos juizados especiais cíveis deve-se dar em dias úteis, tal como previsto, como regra geral, no Código de Processo Civil”, afirma no parecer.

Comissão discute contratação de jovem aprendiz

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) discute hoje às 9h em audiência pública a contratação de jovens aprendizes. O pedido de Paulo Paim (PT-RS) foi aprovado pelo

colegiado em 10 de outubro. Entre os convidados, estão representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Ministério do Trabalho, da Fundação Roberto Mari-

nho, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes.

Guaracy Silveira toma posse e promete empenho pelo Brasil

Tomou posse no Senado, na quarta-feira, Guaracy Silveira (DC-TO), segundo suplente de Kátia Abreu (PDT-TO), que pediu licença do mandato.

O novo senador nasceu em Capão Bonito (SP) em 1951 e é bispo da Igreja do Evangelho Quadrangular de Tocantins.

No primeiro discurso no Plenário, ele lembrou figuras icônicas do Senado, como princesa Isabel, Jarbas Passarinho, Paulo Brossard e Rui Barbosa e prometeu empenho por um Brasil melhor.

— Temos uma enorme responsabilidade com o Brasil do futuro — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA
TERÇA
QUARTA
QUINTA

- CDH Jovem aprendiz**
9h Audiência para debater política de contratação de jovens aprendizes.
- CCS Rádios comunitárias**
14h Na pauta com 4 itens, destaque para o PLS 55/2016, sobre venda de publicidade em rádios comunitárias.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Discursos e avisos da Mesa.
- CDHET Estatuto do Trabalho**
14h Discussão do anteprojeto do Estatuto do Trabalho.
- CDHET Estatuto do Trabalho**
9h Debate sobre 1 ano da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).
- CAE Concorrência desleal**
10h Entre 15 itens, destaque para o PLS 284/2017 — Complementar, que pune concorrência desleal.
- CONGRESSO 30 anos da Constituição**
10h Sessão solene para comemorar 30 anos da Constituição Cidadã. Às 14h, sessão para exame de vetos e de projetos de suplementação de verbas para o Executivo.
- CRA Compra de leite**
11h Entre os 8 itens da pauta, Emenda da Câmara 1/2018, que aumenta limite mínimo em programa de compra de leite.
- CE LDB**
11h30 Na pauta de 18 itens, destaque para o PLS 360/2017, que estabelece diretrizes e bases da educação sobre feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio.

- CMA Consumo responsável de água**
11h30 Entre os 8 itens da pauta, o PLC 37/2017, relacionado a alerta sobre consumo responsável de água.
- CAS Medicina personalizada**
14h30 Audiência para debater medicina personalizada no SUS.
- CMO Reunião**
14h30 Reunião deliberativa.
- MP 846/2018 Recursos das loterias**
14h30 Análise de relatório
- CDR Zona Franca Verde**
9h Na pauta de 6 itens, o PLS 68/2016, que trata da isenção de imposto para Zona Franca Verde.
- CE Profissão de músico**
10h30 Audiência para debater violações ao livre exercício da profissão de músico.
- CEAERO Código da Aeronáutica**
11h Análise do PLS 258/2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.
- CTFC Transparência Legislativa**
11h A comissão analisa 15 projetos. Entre eles, o PLC 66/2017, que trata da garantia contratual. Depois, apresentação do Índice de Transparência Legislativa.
- CMCVM Emendas ao Orçamento**
14h30 Análise de requerimentos e de emendas ao Orçamento 2019.
- MMMC Economia de baixo carbono**
14h30 Audiência sobre financiamentos para uma economia de baixo carbono.
- CONGRESSO Sessão solene**
11h Comemoração dos 65 anos da TV Record.

Previsão atualizada às 18h de quinta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado:** 0800 612211
- Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza
- Primeiro-secretário:** José Pimentel
- Segundo-secretário:** Gladson Cameli
- Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário:** Zeze Perrella
- Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
- Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvio Burrel
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Edição e Publicações (Segraf)

Congresso deve votar créditos e vetos amanhã

Senadores e deputados poderão analisar nove itens vetados pelo presidente da República, Michel Temer, e cinco projetos com valores adicionais para órgãos do governo

PARLAMENTARES SE REÚNEM em sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 14h, para votar nove vetos presidenciais e cinco projetos que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano. A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados.

Entre os itens a serem votados, está o veto total ao PLC 76/2018 — Complementar (Veto 29/2018). O texto autorizava o retorno ao Simples Nacional de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos por inadimplência.

De acordo com o texto aprovado, os optantes do regime especial poderiam retornar ao programa se aderissem a um plano específico de regularização tributária. A estimativa é que 600 mil contribuintes receberam aviso de exclusão por estarem em débito com o Simples Nacional.

Também na fila de votação está o Veto 31/2018, que excluiu 18 trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, a maior parte garantia mais recursos para determinadas áreas e priorizava a destinação de verbas. A justificativa do governo foi que as propostas ferem a Emenda do Teto de Gastos (EC 95, de 2016) e criam rigidez no Orçamento, dificultando o remanejamento do dinheiro.

Entre as áreas beneficiadas com o projeto, estavam pesquisa científica e tecnológica, hospitais universitários, agentes comunitários de saúde, subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e fomento das exportações.

Pode ser votado ainda o veto parcial (Veto 19/2018) à Lei 13.674, que autorizou empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investirem em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação como contrapartida para recebimento de isenções tributárias. Entre os itens vetados pelo presidente Michel Temer,

está a possibilidade de enquadramento entre os gastos passíveis de benefício a modernização de infraestrutura física e de laboratórios nas empresas.

O Veto 20/2018 atingiu a lei que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Lei 13.675). Um dos trechos cancelados incluiria no sistema o programa socioeducativo destinado a menores em conflito com a lei.

Já o Veto 35/2018 cancelou a isenção total, até o fim de 2018, do PIS/Cofins sobre o óleo diesel. Para compensar o veto, Temer editou três medidas provisórias (MPs 831, 832 e 833) para garantir o acordo com os caminhoneiros em greve e reduzir o preço do diesel.

Há ainda os vetos 22, 25, 33 e 36, todos de 2018.

Projetos

Após os vetos presidenciais, os parlamentares poderão votar cinco projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) que abrem créditos adicionais no Orçamento de 2018.

O PLN 11/2018 abre crédito de R\$ 42,5 milhões para os Ministérios dos Transportes, da Aviação Civil e da Integração Nacional. São recursos para despesas referentes ao término de obras no Porto de Vitória e de construção e pavimentação de terminal no Porto de Fortaleza. Também há recursos relacionados à dragagem e adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro.

O PLN 14/2018 abre crédito suplementar de R\$ 266,7 milhões para diversos fins. O maior montante (R\$ 81,4 milhões) será usado para o Ministério da Defesa contratar serviços especializados de manutenção e funcionamento das organizações militares da Marinha e a aquisição de objetos de reposição e de viaturas do Corpo de Fuzileiros Navais, no Comando da Marinha.

O PLN 19/2018 abre crédito suplementar de R\$ 65,5 milhões para



Encerramento das votações da nova Constituição em 22 de setembro de 1988

Sessão solene vai celebrar o aniversário de 30 anos da Constituição Cidadã

O Congresso Nacional fará amanhã, às 10h, sessão solene para comemorar os 30 anos da Constituição federal. A solenidade foi convocada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, como parte das comemorações de aniversário da Carta Magna.

Foram convidados todos os parlamentares constituintes e os presidentes da República, Michel Temer, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, além de embaixadores e parlamentares em exercício e os que

tomarão posse em 2019. Também são esperados o presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, e seu vice, o general Hamilton Mourão.

A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados. Na ocasião, serão lançados produtos elaborados por servidores do Senado e da Câmara, como uma edição especial da *Revista de Informação Legislativa* (RIL) e um áudio-livro para deficientes auditivos, ambos sobre os 30 anos da Constituição.

diversos órgãos e ministérios. O maior valor (R\$ 42,7 milhões) servirá para o Ministério da Saúde investir na manutenção de unidades básicas de saúde em diversos estados e cidades.

Já o PLN 15/2018 abre crédito especial no valor de R\$ 40,8 milhões

em favor do Ministério da Justiça. O dinheiro será usado para viabilizar, a partir do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a construção de um complexo penitenciário federal em Itaquitinga, a cerca de 60 quilômetros de Recife.

Comissão vota desconto em energia para irrigação agrícola

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne amanhã para analisar uma pauta com oito itens. Entre eles, o projeto que amplia o horário em que pode haver desconto nas tarifas de energia elétrica ao aquicultor e ao agricultor que usa irrigação no cultivo. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 60/2018 tem relatório favorável do senador Valdir Raupp (MDB-RO).

A proposta altera a Lei 10.438, de 2002, que autoriza o desconto das tarifas no período de oito horas e meia por dia, entre as 21h30 e as 6h da manhã, independentemente se for dia da semana, fim de semana ou feriado. Com o projeto, o desconto nos fins de semana será concedido no período de 40 horas, das 14h de sábado às 6h de segunda-feira, e nos feriados nacionais pelo período ininterrupto de 24 horas.

A comissão analisa também o Projeto de Lei do Senado (PLS) 384/2016, que permite a beneficiários de reforma agrária celebrar contratos com terceiros para exploração de energia

eólica ou solar. A proposta, de autoria do senador José Agripino (DEM-RN), tem parecer favorável, na forma de substitutivo do relator, Wellington Fagundes (PR-MT).

O projeto prevê que o Incra autorize o beneficiário da reforma agrária a celebrar contratos com terceiros para explorar o potencial energético. Fa-

gundes modificou o projeto para que os contratos sejam complementares às atividades de cultivo da terra. O objetivo é evitar que a energia se torne a atividade principal da área. Também acolheu emenda para que a exploração de energia não exclua o assentado da condição de segurado especial da Previdência Social.



Projeto amplia horário de desconto nas tarifas de energia elétrica usadas para irrigação

Prorrogado prazo para emendas à lei orçamentária

O prazo para apresentação de emendas ao projeto da Lei Orçamentária de 2019 (LOA) foi remarcado para quinta-feira. A prorrogação foi comunicada na quarta-feira pelo presidente do Senado, Eunício de Oliveira, ao presidente da Comissão Mista Orçamento (CMO), deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA).

Com isso, quatro prazos foram modificados: as audiências públicas poderão ser realizadas até quarta-feira, a entrega de emendas foi para quinta-feira, a publicação será na sexta-feira e, por último, a apresentação, a publicação e a distribuição do relatório da receita orçamentária ficou para segunda-feira da semana que vem, 12 de novembro.

Os outros prazos não sofreram alterações, ficando para 6 de dezembro a apresentação do relatório-geral do Orçamento na CMO.

Depois de aprovado, o projeto segue para votação em sessão do Congresso até 22 de dezembro.



Imprensa notícia posse do marechal Hermes, em 1910, e vitória do general Dutra, em 1945: militares que chegaram à Presidência pelo voto popular

Brasil já teve 2 presidentes militares eleitos nas urnas

Bolsonaro é 3º mandatário de origem militar escolhido pelo voto. Arquivo do Senado mostra como foram governos Hermes e Dutra

Ricardo Westin

QUANDO SUBIR A rampa do Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro se tornará o terceiro militar a ganhar a Presidência nas urnas. Antes de Bolsonaro, que é capitão reformado do Exército, os militares que governaram o país escolhidos pelo voto popular foram Hermes da Fonseca (1910-1914) e Eurico Dutra (1946-1950).

Os presidentes do passado, apesar de separados por três décadas, tinham muito em comum. Hermes e Dutra estavam no topo da hierarquia militar, eram idolatrados na caserna, ocupavam postos do alto escalão do governo e se lançaram na disputa pelo Palácio do Catete como candidatos do *establishment*.

Hermes era marechal e fora ministro da Guerra do presidente Affonso Penna. Dutra ocupava o posto de general e também chefiara o Ministério da Guerra, no governo ditatorial de Getúlio Vargas. Como ministros, executaram medidas que modernizaram as Forças Armadas, o que lhes rendeu o apoio maciço das tropas.

Os dois venceram a eleição sem grande esforço. Hermes foi o candidato oficial das oligarquias estaduais, que manipulavam a seu favor as urnas da República Velha. Na época de Dutra, as votações não sofriam tanta fraude. O que contou foi o apoio público que recebeu do sempre popular Vargas.

Hermes e Dutra também tinham suas diferenças. No Brasil de 1910, ser candidato militar era um problema. Em 1945, um trunfo.

Quem enfrentou o marechal Hermes

nas urnas foi o senador Ruy Barbosa (BA). Segundo documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, Ruy fez discursos em que atacou o adversário citando justamente a sua origem militar.

— As nações, senhores, não armam seus Exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas — bradou Ruy num discurso.

Na visão dele, qualquer fardado que chegasse à Presidência transformaria o Brasil numa ditadura, tal qual haviam feito os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Hermes, por sinal, era sobrinho de Deodoro.

General x brigadeiro

Para os aliados de Hermes, o Brasil não deveria temer a farda do marechal.

— Subindo ao poder, o marechal Hermes da Fonseca fará um governo eminentemente civil, sem que as classes militares se proponham a superpor-se ao elemento civil, porque este é o compromisso assumido por Sua Excelência perante o país, além de que na sociedade já vai passando a fase guerreira — argumentou o senador Cassiano do Nascimento (RS).

Ruy Barbosa batizou sua candidatura de Campanha Civilista. O chefe da nação, para ele, tinha que ser civil. Sem o suporte das elites estaduais, contudo, a Campanha Civilista naufragou.

Na campanha do general Dutra, ao contrário, a patente militar não serviu de arma para os adversários. Até porque o principal oponente também era um fardado, oriundo da Aeronáutica:

o brigadeiro Eduardo Gomes.

O consultor legislativo do Senado Fernando Trindade, que tem formação em história, explica:

— Dutra governou logo depois que a Segunda Guerra Mundial acabou e no momento em que a Guerra Fria se iniciou. Nesse contexto belicoso, era natural que um militar assumisse o poder. Isso ocorreu não só no Brasil. Tivemos Churchill no Reino Unido, Perón na Argentina, Eisenhower nos Estados Unidos, De Gaulle na França.

No Brasil, militares apareceriam nas cédulas eleitorais até o golpe de 1964. Em 1950, Getúlio Vargas derrotou Eduardo Gomes, candidato outra vez. Em 1955, JK venceu o general Juarez Távora. Em 1960, Jânio Quadros bateu o marechal Henrique Lott.

Dutra tomou posse trajando farda, mas prometeu que não faria um governo militar e que seria “o presidente de todos os brasileiros”. A promessa foi cumprida. Ele permitiu que a Assembleia Nacional Constituinte elaborasse uma nova Constituição com total liberdade. Não reagiu sequer quando os constituintes lhe reduziram o mandato de seis para cinco anos.

— Depois do longo período de exceção em que vivemos [a ditadura do Estado Novo], o presidente Eurico Dutra aí está altaneiro, discreto e modesto, sem procurar popularidade barata, preocupado somente em cumprir o seu dever — discursou o senador Novaes Filho (PSD-PE).

— O senhor presidente conhece perfeitamente suas atribuições e diz, proclama, grita e tem demonstrado com a eloquência dos exemplos que

jamaís sairá do seu “livrinho vermelho”, que é a Constituição — acrescentou o colega Olavo Oliveira (PSP-CE).

Enquanto Dutra encerrou o mandato com a popularidade nas alturas, Hermes saiu execrado do Catete. Seu governo foi marcado por um truculento estado de sítio, pela execução dos rebeldes da Revolta da Chibata e pela intervenção federal em diversos estados, com a derrubada de governadores e o bombardeio de Salvador.

Viúvos no Catete

No âmbito familiar, uma infeliz coincidência aproxima Hermes e Dutra. Ambos ficaram viúvos durante o mandato. A mulher do marechal, Orsina da Fonseca, morreu em 1912. No dia seguinte, o senador Nilo Peçanha (RJ) propôs ao Senado que criasse uma comissão para levar um abraço de condolências ao presidente.

— Penso que o Senado não é insensível ao desgosto por que acaba de passar o chefe da nação pela perda irreparável de sua estremecida esposa — afirmou Nilo, que obteve a aprovação de sua proposta por unanimidade.

Hermes voltaria a se casar em 1913, com a caricaturista Nair de Teffé.

A mulher do general, Carmela Dutra, morreu em 1947. Católica radical, ela tinha o apelido de Dona Santinha.

— O infausto acontecimento privou a sociedade brasileira de um dos seus mais nobres ornamentos. Dona Carmela enobrecer a sociedade pela inteligência e pela força militante da sua profunda fé católica — discursou o senador Georgino Avelino (PSD-RN).

O Brasil também teve militares que viraram presidentes sem passar pelo crivo popular. Foram sete, que chegaram ao poder após golpes. Os primeiros foram Deodoro e Floriano, protagonistas da derrubada da Monarquia, em 1889. Depois, os generais da ditadura de 1964: Humberto Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. O historiador e militar reformado Sergio Murillo Pinto, autor do livro *Exército e Política no Brasil*, afirma:

— Os militares, em mais de uma ocasião, entraram na política atropelando a Constituição. Hermes e Dutra mostram que houve exceções. Hermes fez um governo desastroso, mas Dutra garantiu a volta do país à normalidade democrática. Para a democracia, o importante é que o presidente e o governo não sejam tutelados pelos militares e que a Constituição seja sempre respeitada.



Jair Bolsonaro nas fileiras do Exército